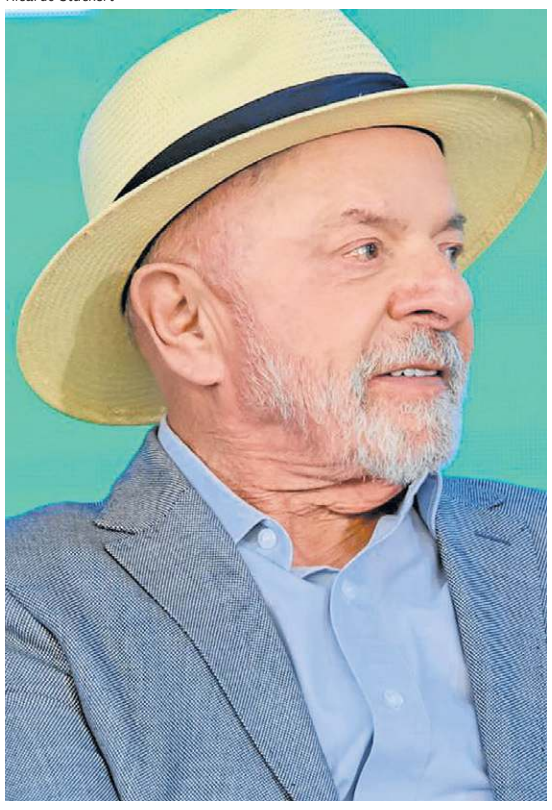
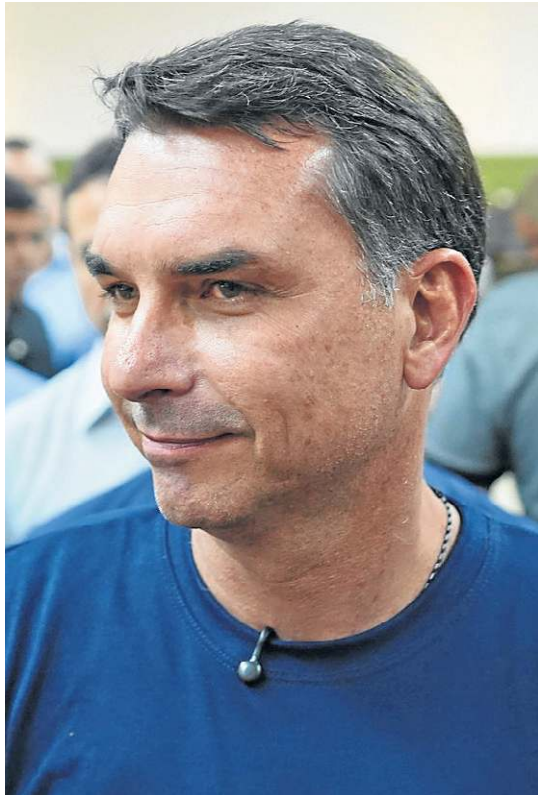
Lula, Flávio Bolsonaro, Romeu Zema e Renan Santos chegam à corrida presidencial sob pressão de apurações que envolvem familiares, financiamento de campanha, relações com o Banco Master ou declarações contra povos indígenas

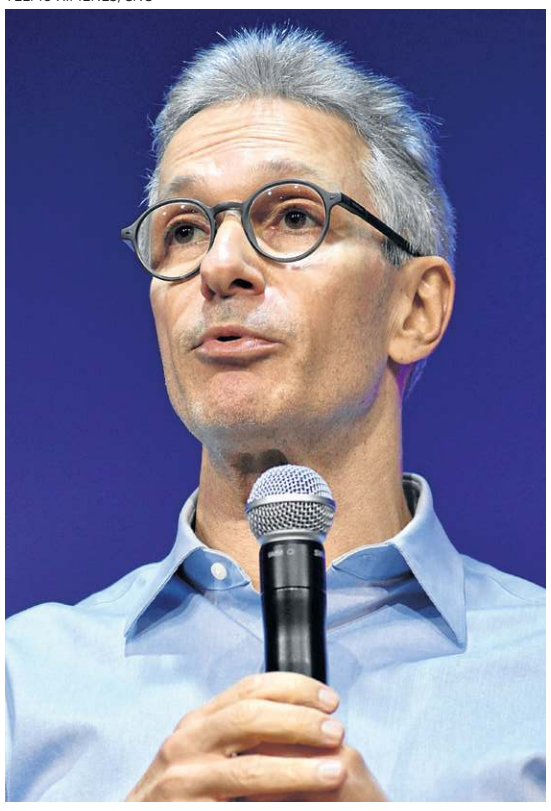
Ricardo Stuckert



Vittor Sales



TELMO XIMENES/CNC



Reprodução/ YouTube/ Partido Missão

Lula tem de lidar com as suspeitas envolvendo o filho; Flávio é investigado no caso do filme sobre o pai; o escândalo do Master também respingou no governo de Zema; Renan é acusado de discriminação contra indígenas

Imbróglios cercam candidatos

» ALICIA BERNARDES

A corrida pela Presidência da República começa a ganhar contornos mais acirrados enquanto diferentes candidatos enfrentam questionamentos judiciais e investigações que podem repercutir no ambiente eleitoral. Entre os principais nomes colocados na disputa, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Flávio Bolsonaro (PL), Romeu Zema (Novo) e Renan Santos (Missão) são alvo, diretamente ou por meio de pessoas próximas, de episódios que envolvem suspeitas de tráfico de influência, relações com instituições financeiras, financiamento irregular de produção cinematográfica e ações movidas pelo Ministério Público Federal (MPF). Os casos ainda estão em diferentes estágios e, até o momento, não representam condenação dos envolvidos.

No campo governista, uma das principais frentes de desgaste envolve Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha. O Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou investigações sobre suspeitas de tráfico de influência envolvendo o empresário, que vive na Espanha. Os procedimentos tramitam sob sigilo e buscam esclarecer se ele teria atuado para intermediar interesses de terceiros junto a órgãos públicos, entre eles o Ministério da Saúde e a Dataprev, empresa estatal vinculada ao governo federal. As apurações também alcançam o ex-chefe de gabinete de Lula Marco Aurélio Santana, o Marcola. A defesa de Lulinha nega irregularidades e afirma que ele é vítima de interesses eleitorais.

O presidente Lula declarou acreditar na inocência do filho, mas afirmou que as investigações devem seguir seu curso. Em entrevista nesta semana, o petista disse que não pretende interferir no processo e enfatizou que, caso seja comprovada alguma responsabilidade, Lulinha deverá responder pelos atos. A manifestação procura separar a atuação política do presidente das suspeitas que atingem o empresário.

Entre os nomes da oposição, Flávio Bolsonaro enfrenta questionamentos relacionados ao financiamento do filme ***Dark Horse***, produção cinematográfica sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro. O longa, ainda inédito e estrelado pelo ator norte-americano Jim Caviezel, recebeu recursos atribuídos ao ex-banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Banco Master e atualmente preso no âmbito de investigações sobre irregularidades financeiras. O STF autorizou a apuração sobre a origem dos recursos destinados ao filme. Mensagens divulgadas pela imprensa mostram Flávio cobrando dinheiro de Vorcaro no fim de 2025. O candidato inicialmente negou ter relação com o empresário, mas posteriormente admitiu ter pedido recursos para a produção e afirmou que não havia proximidade pessoal entre os dois.

Flávio afirmou, ontem, durante agenda em São Paulo, que considera o episódio uma "página virada" e disse que a prestação de contas sobre o financiamento do filme já foi realizada. O candidato também voltou a atacar o governo e citou as investigações envolvendo Lulinha. A declaração ocorreu durante uma agenda no Mercado Municipal de São Miguel Paulista, na zona leste da capital, onde o candidato esteve acompanhado de aliados políticos e apoiadores.

R$ 134 milhões

Reportagem do Intercept Brasil mostrou que Flávio pediu R$ 134 milhões a Vorcaro, supostamente para o filme. Na conversa, o senador chama o ex-banqueiro de "irmão" e diz que estará sempre com ele. Dos R$ 134 milhões, o dono do Master teria repassado R$ 61 milhões. Parte do dinheiro teria sido paga por meio de transferências da Entre Investimentos e Participações — que atuava em parceria com empresas de Vorcaro — para o fundo Havengate Development Fund LP, sediado no Texas, nos Estados Unidos, e controlado por aliados de Eduardo Bolsonaro, de acordo com a reportagem.

Master em Minas

As repercussões envolvendo o Banco Master, porém, não se restringem a Flávio Bolsonaro. O ex-governador de Minas Gerais e candidato à Presidência Romeu Zema também passou a ser citado em uma notícia-crime apresentada à Polícia Federal pela deputada estadual Bella Gonçalves (PT). A parlamentar questiona medidas adotadas durante o governo mineiro que ampliaram a margem de crédito consignado para servidores públicos e pensionistas. Segundo a denúncia, a mudança teria favorecido a atuação do Banco Master no estado. A suspeita é reforçada, na avaliação da deputada, por uma doação de R$ 1 milhão feita por Henrique Vorcaro, pai de Daniel Vorcaro, ao Partido Novo às vésperas da campanha de reeleição de Zema.

O governo de Minas Gerais nega que tenha havido favorecimento à instituição financeira. Em manifestação divulgada anteriormente, afirmou que a regulamentação ampliou a margem de consignação por meio do cartão de benefício consignado e tinha caráter genérico para o mercado de crédito. Segundo o governo, a medida não estava vinculada exclusivamente ao Banco Master e havia outras instituições habilitadas a oferecer a modalidade. A notícia-crime deverá ser analisada pelas autoridades competentes, que poderão decidir pela abertura de investigação formal. Até o momento, as acusações apresentadas pela parlamentar não equivalem a uma conclusão sobre eventual prática criminosa.

Outro candidato que chega ao período eleitoral sob pressão jurídica é Renan Santos, do Missão. O MPF apresentou uma ação contra o presidenciável e o Movimento Brasil Livre (MBL) por declarações feitas durante protestos envolvendo povos indígenas no Baixo Tapajós, no Pará. O órgão afirma que conteúdos publicados nas redes sociais continham manifestações discriminatórias contra comunidades indígenas da região. Segundo o MPF, os ataques teriam alcançado aproximadamente 22 mil indígenas de 14 etnias dos municípios de Santarém, Belterra e Aveiro.

Na ação, o Ministério Público pede indenização de R$ 500 mil, retirada das publicações, medidas para impedir novos conteúdos considerados ofensivos e uma retratação pública. Também solicita que Renan e o MBL divulguem, durante seis meses, conteúdos educativos sobre a história, a cultura e os direitos dos povos indígenas do Baixo Tapajós. O órgão sustenta que as declarações ultrapassaram a crítica a manifestações políticas e atingiram coletivamente a identidade dos povos da região. O processo ainda será analisado pela Justiça Federal.

Renan, por sua vez, rejeitou a possibilidade de retratação e classificou a ação como uma tentativa de "sabotagem política". O candidato afirmou que as declarações ocorreram no contexto de críticas a protestos realizados no terminal da Cargill, em Santarém, e voltou a questionar a atuação de organizações não governamentais ligadas às comunidades indígenas. Durante uma sabatina em Brasília, disse que pretende, caso eleito, apoiar investigações sobre ONGs e seus financiadores.

Corrida presidencial

Caiado: "Tanto faz roubar com a mão esquerda ou direita, é ladrão"

O candidato do PSD à presidência da República, Ronaldo Caiado, afirmou que "tanto faz roubar com a mão esquerda ou direita, é ladrão", ao se referir ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e ao adversário Flávio Bolsonaro (PL). As declarações ocorreram ontem, em sabatina da emissora SBT News. Na ocasião, Caiado foi questionado sobre qual escândalo tem maior peso: o envolvimento do banqueiro Daniel Vorcaro no financiamento do filme sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) ou as suspeitas contra o filho de Lula nas investigações sobre fraudes ligadas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Em seguida, ele foi perguntado se considera Flávio ladrão também. "Entenda como você quiser. Quem roubou com a mão direita ou com a mão esquerda, realmente, não pode amanhã dizer que tem autoridade para combater o crime", frisou. Questionado se está ampliando os ataques sobre Flávio, Caiado negou. "Eu não estou atacando. Eu só estou exigindo transparência de situações as quais ele as produziu", declarou. O presidenciável também disse considerar "inaceitável" e "inadmissível" uma eventual intervenção dos Estados Unidos no Brasil para combater o narcotráfico. "Jamais admitirei qualquer coisa nesse sentido." Ele afirmou que prefere adotar meios de inteligência e tecnologia para ampliar a segurança nas fronteiras, em vez de construir um muro físico.

TSE determina retirada de vídeo de IA que liga Flávio a Vorcaro

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) determinou a retirada de um vídeo produzido com inteligência artificial que associa o candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL) ao banqueiro Daniel Vorcaro. A decisão é do ministro André Mendonça, que estabeleceu prazo de 24 horas, após a intimação, para a remoção da publicação. A determinação vale tanto para o responsável pelo perfil que divulgou o material quanto para a Meta. A publicação foi colocada no ar em 14 de agosto pela conta Brasil Sátira do Poder, cujo responsável ainda não foi identificado civilmente.

Rooftop com PISCINA

Apartamentos com
108,98 m² a 123,23 m²
Águas Claras
Viva esta experiência

CJ1700

CONVIDAM

gabineie